

DEBATE

**A GRAMATOLOGIA, UMA RUPTURA NOS
ESTUDOS SOBRE A ESCRITA**
(Grammatology: a Disruption on Written Language Studies)

Sonia Borges Vieira da MOTA (*Universidade Federal de Goiás*)

ABSTRACT: The western classical philosophy, from Plato to Hegel, has conceived written language as representation of speech. This article focuses on the deconstruction of that thinking based on Derrida's critique of the classical interpretation which reduces Saussure thought to a phonocentric and metaphysical philosophy of signs.

RESUMO: A filosofia clássica que, conforme Derrida, vai de Platão a Hegel, concebe a linguagem escrita como representação da fala. Isto significa que à escrita é atribuído um caráter meramente técnico e funcional. O presente artigo focaliza a desconstrução dessa concepção tomando por base a crítica de Derrida às interpretações que reduzem o pensamento de Saussure a uma filosofia da linguagem com características fonocêntricas e, portanto, metafísicas.

Key words: Writing; Orality; Representation; Grammatology; "Signifiant".

Palavras-chave: Escrita; Oralidade; Representação; Gramatologia; Significante.

"Escrever é retirar-se. Não para a sua tenda para escrever, mas da sua própria escritura. Cair longe da linguagem, emancipá-la ou desampará-la, deixá-la caminhar sozinha e desmunida. Abandonar a palavra." (Derrida, Edmond Jabès e a Questão do Livro, 1973.)

Jacques Derrida é um dos pensadores mais polêmicos de nosso tempo. Embora muito herméticos, seus textos despertam a atenção de estudiosos de todas as áreas, certamente devido ao trabalho de desconstrução a que procede sobre o pensamento ocidental, por ele

qualificado de logofonocêntrico. Fica claro na *Gramatologia* (1973) — livro considerado como o mais importante de suas publicações — que as concepções de Derrida se filiam especialmente ao pensamento de Freud e de Saussure. Entretanto, é importante observar que o seu "retorno" a esses autores é uma leitura que difere da que tradicionalmente se vem fazendo.

Para empreender a sua desconstrução do logocentrismo — a crença na soberania da razão — Derrida toma como ponto crítico a noção de representação. Para isso, parte de uma discussão sobre o conceito de escrita, mostrando que à escrita, tradicionalmente, vem sendo atribuído, no campo da Filosofia e das ciências que têm como objeto a linguagem, o lugar de representação da linguagem oral. Para desconstruir essa relação, em que a escrita ocupa um lugar subalterno, lança mão, particularmente, da noção saussuriana de língua.

Na palavra gramatologia, "*grámma, grámmatos*", remete à letra, à escritura. Mais abrangente que a de escrita, no sentido corrente de termo, a noção de escritura, em Derrida, compreende e excede a de linguagem. Essa afirmação supõe, é claro, uma determinada definição de linguagem. A gramatologia, para Derrida, é a ciência que permite pensar as possibilidades de se fazer ciência, o que em seu trabalho inclui a crítica ao logicismo. Fazer ciência seria não mais que "escrever" o reincidente, o que se repete no real. Essa concepção é, como se sabe, absolutamente diferente da que confere às representações científicas o caráter de verdade. Para Derrida, as representações sobre a realidade exterior não são uma cópia imagética de algo entendido como um real em si. Filiado à psicanálise, ou seja, às concepções freudianas, em seu trabalho, a realidade não pode ser confundida com o real. Em *A interpretação dos sonhos* (1900), Freud afirma que "*o inconsciente, é a verdadeira realidade psíquica, em sua natureza mais íntima, ele nos é tão desconhecido quanto a realidade do mundo exterior, e é tão incompletamente apresentado pelos dados da consciência quanto o é o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos dos sentidos*" (Freud, vol. V, p. 661). Não se quer dizer, como isso, que o real não exista. Como diz Milner (1983), referindo-se inclusive ao real da língua, ele tem propriedades e é possível falar delas. Por isso, segundo Derrida, o conhecimento é sempre da ordem da escritura — da repetição — do que nele se repete, e não a representação/reprodução de sua suposta essência. Conhecimento que se dá, portanto, como da ordem da suposição

estruturalmente, isto é, sem poder isolar seus elementos e seus átomos, o empreendimento de desconstrução é sempre, de certo modo, arrebatado pelo seu próprio trabalho [...] (Derrida, 1973: 30).

Para melhor situar as relações que aponta entre a metafísica e o estatuto que, em geral a tradição vem atribuindo à escrita, Derrida toma como "*exemplo privilegiado*", os trabalhos de Ferdinand de Saussure. Estabelece, como primeira questão a ser discutida, o reconhecimento consensual de que a cientificidade da Linguística é devida ao seu fundamento fonológico, tal como teria sido considerado por Saussure:

A fonologia, afirma-se hoje, freqüentemente, comunica sua cientificidade à lingüística que serve, ela mesma, de modelo epistemológico para todas as ciências humanas. Visto que a orientação deliberada e sistematicamente fonológica da lingüística (Troubetzkói, Jakobson, Martinet) realiza uma intenção que foi de início a de Saussure, dirigir-nos-emos, no essencial, e pelo menos provisoriamente, a essa última. O que dela diremos valerá a fortiori para as formas mais acusadas de fonologismo? O problema será pelo menos colocado. (Derrida, 1973: 35-6).

Para Derrida, a ciência lingüística determina a linguagem (que é o seu campo de objetividade), em última instância, como unidade de phoné (fonia), glossa (significado) e logos (razão). Faz isso ao admitir como necessária a unidade articulada do som e do sentido na "phonie". E, é em relação a essa unidade que é definido o estatuto da escrita: a ela é reservado um lugar sempre exterior, secundário, seu papel é meramente técnico em relação à fala, que cabe re-apresentar.

Mas seria este o propósito de Saussure, pergunta Derrida, a redução da escrita à categoria de instrumento subordinado a uma linguagem plena e originariamente falada? Ou, é possível perceber em seu trabalho uma insinuação sobre a possibilidade de uma construção teórica, "*o porvir de uma gramatologia geral, da qual a lingüística fonológica seria somente uma região dependente e circunscrita?*" (Derrida, 1973: 36).

estratégicos e econômicos da subversão, emprestando-os estruturalmente, isto é, sem poder isolar seus elementos e seus átomos, o empreendimento de desconstrução é sempre, de certo modo, arrebatado pelo seu próprio trabalho [...] (Derrida, 1973: 30).

Para melhor situar as relações que aponta entre a metafísica e o estatuto que, em geral a tradição vem atribuindo à escrita, Derrida toma como "*exemplo privilegiado*", os trabalhos de Ferdinand de Saussure. Estabelece, como primeira questão a ser discutida, o reconhecimento consensual de que a cientificidade da Lingüística é devida ao seu fundamento fonológico, tal como teria sido considerado por Saussure:

A fonologia, afirma-se hoje, freqüentemente, comunica sua cientificidade à lingüística que serve, ela mesma, de modelo epistemológico para todas as ciências humanas. Visto que a orientação deliberada e sistematicamente fonológica da lingüística (Troubetzkói, Jakobson, Martinet) realiza uma intenção que foi de início a de Saussure, dirigir-nos-emos, no essencial, e pelo menos provisoriamente, a essa última. O que dela diremos valerá a fortiori para as formas mais acusadas de fonologismo? O problema será pelo menos colocado. (Derrida, 1973: 35-6).

Para Derrida, a ciência lingüística determina a linguagem (que é o seu campo de objetividade), em última instância, como unidade de phoné (fonia), glossa (significado) e logos (razão). Faz isso ao admitir como necessária a unidade articulada do som e do sentido na "phonie". E, em relação a essa unidade que é definido o estatuto da escrita: a ela é reservado um lugar sempre exterior, secundário, seu papel é meramente técnico em relação à fala, que cabe re-apresentar.

Mas seria este o propósito de Saussure, pergunta Derrida, a redução da escrita à categoria de instrumento subordinado a uma linguagem plena e originariamente falada? Ou, é possível perceber em seu trabalho uma insinuação sobre a possibilidade de uma construção teórica, "*o porvir de uma gramatologia geral, da qual a lingüística fonológica seria somente uma região dependente e circunscrita?*" (Derrida, 1973: 36).

É o que Derrida se propõe considerar na *Gramatologia*. Para isso, focaliza, inicialmente, as relações entre Saussure e a tradição filosófica ocidental. Para isso, indica em Aristóteles, Platão, Hegel, Condillac, Rousseau, isto é, no que chama a "*filosofia clássica*", as raízes mais remotas do modelo, que priorizando a fala pelo rebaixamento da escrita, caracterizaria o *Curso da Lingüística Geral*, assim como "*comanda toda a nossa cultura e toda a nossa ciência*" (Derrida, 1973: 37).

De Aristóteles, cita a passagem-chave:

Os sons emitidos pela voz são símbolos dos estados de espírito, e, as palavras escritas, os símbolos das palavras emitidas pela voz.

E assim, todos os homens escrevem de maneira diferente, também as palavras pronunciadas não são as mesmas, embora os estados de espírito, de cujas expressões são os signos imediatos, sejam idênticos em todos os homens, como também são idênticas as coisas de que esses estados são imagem. ("Sobre a Interpretação", 1: 6 a 3, citado em Todorov, *Teorias do Símbolo*: 16, grifo meu).

Não só no pensamento de Aristóteles, mas em todo o pensamento ocidental, os sons emitidos pela voz são os símbolos dos estados da alma, e as palavras escritas, os símbolos das palavras emitidas pela voz, porque a voz, produtora dos primeiros símbolos, teria com a alma, com o pensamento ou o entendimento, uma relação de proximidade *essencial e imediata*. A voz seria o significante primeiro, e não um significante entre outros, porque a sua relação com a alma e as coisas seria direta. Ao passo que os outros significantes seriam de segunda ordem, porque remeteriam primeiramente à voz, e só secundariamente, às coisas.

Também Hegel concede ao som um papel privilegiado na idealização, isto é, na produção do conceito:

Este movimento ideal, pelo qual se diria que se manifesta a simples subjetividade, ressoando a alma do corpo, o ouvido percebe-o da mesma maneira teórica pela qual o olho percebe a cor ou a forma, a interioridade do objeto tomando-se assim a do próprio sujeito. O ouvido, ao contrário, sem voltar-se para os objetos, percebe o resultado desse tremor

interno do corpo pelo qual se manifesta e se revela, não a figura material, mas uma primeira idealidade vinda da alma (Hegel, *apud* Derrida, 1973: 14-5).

E ainda:

[...] na escritura alfabética, há somente um fundamento, isto é, a exata relação pela qual a língua visível se refere à língua sonora só como signo; a inteligência se exterioriza imediata e incondicionalmente no falar. (Hegel, *apud* Derrida, 1973: 31).

Uma atenção particular é dedicada por Derrida ao pensamento de Platão sobre a escrita. *A Farmácia de Platão* (1991a) é uma de suas obras mais reconhecidas. Nesse livro, posterior à *Gramatologia*, fala da escrita como é enfocada no *Fedro*, de Platão, onde Sócrates apresenta o mito de Theuth. Theuth, o Deus da escrita (e da técnica), oferece a escrita ao rei como remédio, como *phármakon*. Faz o elogio da escrita, mostra seus benefícios para a memória e para a instrução, escondendo a ambigüidade do termo que pode ter como efeito o sentido de remédio ou de droga maléfica, para convencer o rei. Este, no entanto, não acata o seu discurso. Considera que, como *phármakon*, a escrita poderia vir a colocar-se no lugar da fala, lugar de quem dita a lei, lugar do pai. E, assim sendo, pode ser acusada - e é o que faz Platão - de "*órfã*", "*bastarda*", e até de "*parricida*".

Ao longo da leitura de *A Farmácia de Platão*, vê-se que o discurso de Platão sobre a escrita, é o mesmo que insiste, se repete, por séculos. Derrida também comenta que Sócrates discute a natureza da *mímesis*, (imitação e representação combinam-se no sentido dessa palavra), comparando escrita e pintura. Ambas seriam *mímesis*, no que se refere ao seu distanciamento da coisa mesma, de sua "*falsidade*" em relação ao modelo que pretendem representar. A escrita não constituiria, portanto, uma ordem de significações independente, sendo imitação, não teria uma "*razão*", uma "*direção*", uma "*norma*", próprias:

A "essência" do phármakon é que, não tendo essência estável, nem caráter "próprio" não é em sentido nenhum dessa palavra (metafísico, físico, químico, alquímico), uma substância [...]. (Derrida, 1991a: 73).

Derrida mostra que Platão submete a escrita a um rebaixamento, até mesmo em relação à pintura:

Ela desnatura, pois, mais gravemente o que pretende imitar. Ela não substitui nem mesmo uma imagem a seu modelo, ela inscreve no espaço do silêncio e no silêncio do espaço o tempo vivo da voz. Desloca seu modelo, não fornece dele nenhuma imagem, arranca violentamente ao seu elemento, a interioridade animada da fala. Assim fazendo, a escritura distancia-se imensamente da verdade da coisa mesma, da verdade da fala e da verdade que se abre à fala (Derrida 1991a: 88).

Platão insiste em mostrar que, diferentemente da pintura, a escrita não cria nem mesmo a cópia ou o fantasma da coisa. Despida de referencialidade, ela é veneno (*phármakon*), descaminho para o espírito que aspira à verdade. Como a pirâmide — e aqui Derrida recorre à metáfora de Hegel para falar da concepção platônica da escrita — a escrita também faz uso de linhas geométricas simples para se dar uma boa aparência, ainda que "*cadáver da coisa*". Não se detendo na representação da coisa, não tem pouso, não tem rumo, dono, responsabilidade, a sua essência é a de não ter identidade, é não ter essência. Como imitação, "[...] *é má por essência. Ela só é boa, sendo má*" (Derrida 1991a: 89).

Pode-se perceber que as concepções sobre a escrita, e as relações entre oralidade e escrita, tal como se apresentam em Platão e em toda a tradição, se desenvolveram no bojo de uma determinada concepção binária do signo, segundo a qual este teria um caráter técnico, representativo, enquanto efeito da relação de conotação entre palavra e coisa.

Segundo Derrida, para se compreender o poder da concepção de voz no interior da metafísica é preciso se pensar que "*o objeto ideal é o mais objetivo dos objetos*" (1993:86), porque a sua objetividade é independente do *hic et nunc* dos acontecimentos e da subjetividade que o acolhe. Como diz Derrida,

a voz é o nome desse elemento. A voz se ouve. Os signos fônicos (as imagens acústicas no sentido de Saussure, a voz

fenomenológica) são ouvidos pelo sujeito que os profere na proximidade absoluta do seu presente. O sujeito não tem que passar para fora de si para ser imediatamente afetado por sua atividade de expressão [...] (Derrida, 1993: 86).

E numa comparação da “voz” com a escrita, Derrida continua:

Mas todo significativo não fônico comporta, no interior do seu “fenômeno”, na esfera fenomenológica (não mundana) da experiência onde ele se dá, uma referência espacial; o sentido “fora”, “no mundo”, é um componente essencial do fenômeno. Nada disso, aparentemente no fenômeno da voz”. (Derrida 1993: 87).

Derrida acaba por considerar que esse privilégio conferido à substância da voz e da escrita pode ser remetido a uma “*velha metafísica*”, o empirismo, isto é, “*a uma velha fisiologia das faculdades sensíveis, incessantemente desmentida pela ciência, assim como pela experiência da linguagem e do corpo próprio como linguagem*” (1973: 59). Esse privilégio faz da visão e da audição o meio natural de recorte da língua e dos signos instituídos.

Com relação a Saussure, Derrida aponta a fidelidade deste às concepções clássicas sobre a escrita. No *Curso de Lingüística Geral*, a partir dos mesmos pressupostos e princípios que nortearam o pensamento sobre a linguagem escrita na tradição, Saussure atribuiria a ela, apenas uma função *estrita e derivada*.

Estrita, porque conforme Saussure mesmo afirma, não é senão uma entre outras modalidades de eventos, que podem sobrevir a uma linguagem cuja essência, conforme parecem ensinar os fatos, sempre poderia permanecer pura de qualquer relação com a escritura: “*A língua tem uma tradição oral, independente da escritura*” (Saussure, *apud* Derrida, 1973:37). *Derivada*, porque *representativa*, significativo do significativo primeiro, representação da voz, que é representação imediata, natural e direta do sentido.

Segundo Derrida (1973:37), embora esta determinação representativa, não corresponda a “*nenhuma necessidade de essência absoluta e universal*”, ela atravessa toda a epistemologia ocidental,

chegando a definir os rumos da Lingüística. Para a Lingüística, a fala enquanto oralidade excludente de escrita, é o objeto lingüístico por excelência. Ainda que não se afirme que a fala seja o objeto da Lingüística, desde o estruturalismo, há predominância dos estudos que a tomam como objeto. E se a palavra (voz) é considerada como a unidade do sentido e do som, do conceito e da voz, ou, usando a terminologia saussuriana, do significado e do significante, o estatuto da escrita já está definido: "[...] *ela será o fora, a representação exterior da linguagem ou deste pensamento-som*" (Derrida, 1973:38). Conforme se lê em Saussure,

Existem somente dois sistemas da escritura: 1^o — o sistema ideográfico, em que a palavra é representada por um signo único que é estranho aos sons que a compõem. Esse signo se relaciona com o conjunto da palavra e, por isso, indiretamente com a idéia que exprime. O exemplo clássico desse sistema é a escritura chinesa. 2^o — o sistema, dito comumente "fonético", que visa a reproduzir a série de sons que se sucedem na palavra [...] (Saussure, *apud* Derrida, 1973: 39).

À escrita é atribuída a exterioridade que tem um utensílio, uma ferramenta, uma técnica, sempre imperfeitos, se comparados à *phoné*. E, não se está recorrendo a uma simples analogia, a escrita, a letra, a inscrição sensível, sempre foram consideradas pela tradição ocidental como o corpo, como matéria exterior ao espírito, e portanto ao signo, ao verbo, ao *logos*. Assim, a leitura, a escritura, o texto como tecido de signos, são relegados à secundariedade.

Mas o que estaria por trás dessa limitação, desse caráter representacional que Saussure impõe à escrita?

Para Derrida, esta posição de Saussure só se justificaria como artifício que lhe facilitaria o cumprimento da exigência legítima de cientificidade da Lingüística. Se a escrita não é mais que figuração da língua, tem-se o direito de excluí-la da "interioridade" desta: a escrita é, "*por si, estranha ao sistema interno*" da língua (Saussure, *apud* Derrida 1973: 41). Assim, conseqüentemente, ganha-se o direito de se falar de uma interioridade.

Esta questão é central na discussão promovida por Derrida. O sistema de oposições interno/externo, imagem/realidade, representação/presença, aparência/essência e todas as outras oposições que aí se encadeiam, fundam, para ele, o campo das ciências. A representação, a imagem, são condições para a "realidade" do objeto, de modo que a relação jamais é pensada como "*diferença simples*", sem compromisso com toda essa grade de noções. Assim, limitar o estudo da língua ao sistema fonético responderia à exigência científica de um "*sistema interno*", assim como a existência de uma "*extremidade*", o estar fora da escrita, também cumpriria uma "*exigência epistemológica*" (Derrida 1973: 45-6)

Mas, Derrida "*desconfia*" do representativismo de Saussure. Se concorda que à escrita deve-se atribuir uma posição secundária, por que fala dela de forma tão apaixonada? Inclusive não negando a relação entre o "*fora*" e o "*dentro*":

Conquanto a escrita seja, por si, estranha ao sistema interno, é possível fazer abstração de um processo através do qual a língua é ininterruptamente figurada; cumpre conhecer a atividade, os defeitos e os inconvenientes de tal processo (Saussure, apud Derrida 1973: 41).

Primeiramente a imagem gráfica das palavras nos impressiona como um objeto permanente e sólido, mais apropriado que o som, para constituir a unidade da língua através do tempo. Pouco importa que esse liame seja superficial e crie uma unidade puramente fictícia; é muito mais fácil de apreender que o liame natural, o único e verdadeiro, o do som. (Derrida, 1973: 43, grifo de Derrida).

*Mas a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra de que é imagem, que acaba por **usurpar-lhe** o papel principal (Derrida, 1973: 44, grifo de Derrida).*

A língua literária aumenta ainda mais a importância, imerecida da escritura [...] A escrita se arroga, nesse ponto, uma importância a que não tem direito (Derrida 1973: 45).

Algo "fascinante", comenta Derrida e "insuportável", ocorre aí:

(...) *é exatamente esta intimidade enredando a imagem à coisa, à grafia à fonia, de tal forma que, por um efeito de espelho, de inversão e de perversão, a fala parece, por sua vez, o speculum da escrita, que usurpa, assim, o papel principal. A representação ata-se ao que representa, de modo que se fala como se escreve, pensa-se como se o representado não fosse mais que a sombra ou o reflexo do representante* (Derrida, 1973: 44).

Vê-se que para Saussure o "fora" pode perverter o "dentro"; que a escrita *"vela a visão da língua: não é uma vestimenta, mas uma transvestimenta"*, um disfarce que esconderia a ligação do sentido ao som. Ou seja, esconderia o liame *"natural"*, que une o significado ao significante fônico. Assim, os lingüistas cometeriam um *"erro teórico"* ao tomar a escrita como objeto de estudos. Isto significaria ceder à tentação, à sensibilidade, deixar-se cegar pelo fascínio da escritura.

Embora coloque em dúvida a *"sinceridade"* da posição representativista de Saussure, Derrida detém-se, como se vê em mostrar, no Curso, as filiações (aparentes?) de Saussure ao discurso clássico sobre a escrita. Para isto, em sua obra *La Lingüística de Rousseau* (1970), relaciona, inclusive, o pensamento de Saussure ao de Rousseau, que, em *Ensayo sobre el Origen de las Lenguas* (1970) fala da escrita como um exemplo de ruptura com a natureza, pois a *"relação natural do som com o sentido seria quebrada pelo pecado original da escrita"* (Derrida 1970:43).

Rousseau já pleiteava, como o fará depois Saussure, um privilégio ético e metafísico para a fala. É interessante observar que a exterioridade em que colocam a escrita em relação ao sistema da língua, tem efeitos análogos sobre o conjunto de seus discursos, de modo que esses dois autores expressam em fórmulas cuja semelhança é, às vezes, surpreendente:

Saussure: *Língua e escrita são dois sistemas de signos distintos: a única razão de ser do segundo é a de representar o primeiro* (C.L.G., citado à p. 72).

Rousseau: *As línguas são feitas para serem faladas, a escrita só serve para a fala... a escrita só é a representação da fala (Ensaio sobre a Origem das Línguas; citado à p. 23).*

Saussure: *Quando se diz que é necessário pronunciar uma letra de tal ou qual maneira, toma-se a imagem pelo modelo [...]. Para explicar tal extravagância, diz-se que nesse caso trata-se de uma pronúncia excepcional (C.L.G., citado à p. 24).*

Rousseau: *A escrita é só a representação da palavra; é estranho que se preste mais atenção à imagem que ao objeto (Ensaio ..., citado à p. 24).*

Inúmeras outras citações poderiam exemplificar como Rousseau já lamentava os efeitos da escrita sobre a fala, e já a condenava sob o ponto de vista moral: a escrita é "tirânica", "viciosa", seus danos são monstruosidades, "casos teratológicos", por isso deveria "ser submetida à observação em um compartimento especial". Também em relação ao caráter arbitrário, convencional e institucional do signo, interessa observar que o lugar privilegiado que ambos conferem à fala está ligado ao fato de que ela seria mais arbitrária que os outros signos:

Saussure: *[...] os signos, inteiramente arbitrários, são os que melhor realizam o ideal do procedimento semiológico; por isso a língua, o mais completo e o mais extenso dos sistemas de expressão, é também o mais característico de todos; neste sentido a lingüística pode verificar-se como o modelo geral de toda a semiologia, ainda que a língua não seja mais que um sistema particular" (C.L.G., citado à p. 27).*

Rousseau: *A originalidade do domínio lingüístico depende da ruptura com o desejo natural, ruptura que inaugura, simultaneamente, a paixão, a convenção e a fala" (Ensaio..., citado à p. 27).*

Muitas outras analogias poderiam ser encontradas entre o pensamento de Rousseau e Saussure. Fica bem evidente que acreditavam na oposição natural/convencional, natural/ arbitrário; e que têm em comum os conceitos de signo (significante/significado) e de representação (representante /representado) que, por sua vez, estão em

estreita relação com as oposições já citadas e que Derrida aponta como fundantes à metafísica que informa a posição cientificista/logicista.

Ao comparar Rousseau e Saussure, Derrida pretende, não assinalar uma identificação entre as duas doutrinas, mas "*mostrar a repetição ou a permanência, em um estrato profundo de seus discursos, de certos esquemas fundamentais e diretrizes conceituais*", (Derrida,1973:31), a respeito da oralidade e da escrita, que é essencialmente a mesma que se manteve idêntica ao longo de toda a história da metafísica:

a história da metafísica que, apesar de todas as diferenças e não apenas de Platão a Hegel [...] sempre atribuiu ao logos a origem da verdade em geral; a história da verdade em geral; a história da verdade, da verdade da verdade, foi sempre [...] o rebaixamento da escritura e seu recalçamento fora da fala plena (Derrida, 1973:4).

Mas, afinal, o que Derrida conclui sobre a posição de Saussure?

Primeiramente, aponta a "*incoerência*" de Saussure. Mostra que, no capítulo VI da Introdução, ele desvaloriza a escrita, reforçando o que dela se falou em toda a tradição. Mas, no capítulo IV, afirma que, essencialmente, uma teoria geral dos diferentes sistemas de signos supõe uma comparação entre eles, e não uma subordinação. E confere um lugar à escrita, entre outros sistemas, ao lado do "*alfabeto dos surdos-mudos*", dos "*ritos simbólicos*", das "*formas de polidez*", dos "*sinais militares*", etc. (Derrida, 1973: 63)

Começa-se a perceber as razões das "desconfianças" de Derrida. No *Curso de Lingüística Geral*, considera que é recuperada a dignidade da escrita. Como ele observa, "*é ao próprio Saussure que, decididamente, é necessário opor Saussure*" (Derrida, 1973: 64). No capítulo IV, a escrita encontra o seu lugar de sistema à parte. E, mais que isto, figura como o "*núcleo duro*" da concepção saussuriana sobre a língua. Saussure afirma que é no funcionamento da escrita que se pode indicar, mais facilmente, as propriedades de arbitrariedade e diferencialidade em seu sistema. Assim, se na introdução do livro, Saussure adere à concepção representacionista da escrita, isto fica completamente reconsiderado quando faz observações específicas sobre o objeto da Lingüística, isto é, a língua:

Em essência ele, o significante lingüístico, não é de modo algum fônico, ele é incorpóreo, constituído não por uma substância material, mas somente pelas diferenças que separam a sua imagem acústica de todas as outras. (Saussure, apud Derrida: 137-8).

Na citação acima, de certo modo repete uma outra que pode ser encontrada no início do livro: "*O essencial da língua é estranho no caráter fônico do signo lingüístico*" (Derrida, 1973: 14).

Mas, o que ganharia a metafísica — é assim que na Gramatologia se nomeia a filosofia ocidental — com a redução da escrita à representação da fala?

Como diz Derrida, há na filosofia uma assimilação do *logos* à fala. Há um esforço laborioso para se afirmar uma ligação essencial entre conhecimento, *logos* e *fonía*, porque nessa ligação está fundado o privilégio que se concede à consciência. A representação do objeto na consciência é assimilada à possibilidade de se guardar — repetir o objeto por meio da voz (Derrida, 1973:14). Em outras palavras, a fala permitiria a "*apresentação*" do objeto na consciência (a-apresentação e re-apresentação), porque ela estaria indissolúvelmente ligada ao "*pensamento do sentido significado*", e, portanto, à coisa mesma. Por isso, em relação à voz, todos os outros significantes, e em primeiro lugar o significante escrito, seriam derivados. Teriam sempre uma função técnica e representativa.

Deste modo, todas as determinações metafísicas da verdade (na idade clássica, a filosofia é assimilada à teoria do conhecimento) são concebidas como inseparáveis da instância do *logos*, sendo auto-afecções, produzidas através da voz. Auto afecções no sentido que o sujeito "*sai de si em si*", sem tornar "*fora de si*" o significante que emite, e que, ao mesmo tempo, o afeta. A experiência ou a consciência da voz, do ouvir-se falar, é vivida sem o apelo a um "*significante exterior, sensível, espacial*", que interromperia a presença a si (Derrida, 1973: 123). À fala é, pois, atribuída uma presença transparente e inocente.

A história da metafísica, como mostra Derrida (1973:16), é a história da determinação do ser como presença. E "*a presença, como consciência, não pode se estabelecer— isto é, constituir-se*

historicamente, assim como se demonstrar, — a não ser pela excelência da voz". O fonocentrismo se articula com a certeza do cogito cartesiano:

A idealidade e a substancialidade interrelacionam-se no elemento da res cogitans, por um movimento de pura auto-afecção. A consciência é experiência de pura auto-afecção. Ela diz-se infalível [...]. Ora, o logos apenas pode ser infinito e presente a si, apenas pode produzir-se como auto-afecção através da voz [...] (Derrida, 1973:122, grifo do autor).

Derrida nomeia logocentrismo essa metafísica do ser como presença — presença sob a forma de objeto ou presença a si sob a espécie de consciência — movimento que deixa ao signo o papel de "passagem", passagem entre uma presença e outra (Derrida, 1973:110). O signo permitiria à consciência, ao espírito, o "*estar-próximo-a-si*" da idéia, embora seja obrigatório um retorno-a-si, ou seja, do movimento representativo que consistiria em interiorizar a imediatez sensível. Por essa movimentação, para a filosofia clássica, (Derrida, 1973:115) o conteúdo da intuição sensível tornar-se-ia imagem, libertar-se-ia da imediatez e da singularidade para permitir a passagem à conceituação. É nesse sentido que o signo, ou a representação, fariam a unidade entre o corpo significante e a identidade significada.

O logocentrismo e o fonocentrismo são, portanto, solidários com a filosofia da presença:

O fonocentrismo se confunde com a determinação historial do sentido do ser em geral como presença, com todas as subdeterminações que dependem dessa forma geral e que nela organizam seu sistema e seu encadeamento historial (presença da coisa ao olhar como eidos, presença como substância/essência/existência (ousia), presença temporal como ponta (stigmé) do agora ou do instante (nun), presença a si do cogito, consciência, subjetividade, co-presença do outro e de si, intersubjetividade como fenômeno intencional do ego, etc). O logocentrismo seria, portanto, solidário com a determinação de ser do ente como presença (Derrida, 1973: 15).

A escritura é, conseqüentemente, condenada por sua exterioridade à idealidade do logos, por sua materialidade (a voz se ouve sem se

materializar). Por isso, só poderia ser usada como suplemento, como recurso "*perigoso*" de que se lança mão quando não se pode usar o meio "*natural*" de suporte do sentido, a fala. Seria um ardil usado para tornar presente a fala quando ela está ausente. Mas, ao fazer-se uso da escrita, cai-se no "*fora*" da idealidade e do significado, que não é senão o "*fora*" da voz.

Vê-se que a metafísica consiste em excluir a não-presença. Quando em sua estrutura conceitual, confere-se à escrita o estatuto de suplemento, de sutura da falta (falha) da voz, ela é, de certo modo, anulada, é pura adição, algo que se acrescentaria a uma presença plena.

Mas, retomando o que poderia ser visto como uma incoerência de Saussure, vê-se que é a noção saussuriana de língua que quebra a oposição entre exterior e interior, "*fora*" e "*dentro*", da linguagem e do sujeito da linguagem:

Se esta "fixidez" [da linguagem e do sujeito] fosse da mesma natureza, e se a fixidez da língua falada fosse superior e independente, a origem da escritura, seu prestígio e sua pretensa nocividade permaneceriam um mistério inexplicável. Tudo ocorre como se Saussure quisesse ao mesmo tempo demonstrar a alteração da fala pela escritura, denunciar o mal que esta faz àquela, e sublinhar a independência inalterável e natural da língua (Derrida, 1973: 50).

E Derrida conclui:

O que Saussure via sem vê-lo, sabia sem poder levá-lo em conta, seguindo nisto toda a tradição da metafísica, é que um certo modelo de escritura impôs-se necessariamente mas provisoriamente [...] como instrumento e técnica de representação de um sistema de língua. E que esse movimento, único em seu estilo, foi mesmo tão profundo que permitiu pensar, na língua, conceitos como os de signos, técnica, representação, língua (Derrida, 1973:52).

Assim, para Derrida, contraditoriamente, é com Saussure, no *Curso de Linguística Geral*, que a libertação da escrita, ou a liberação de uma teoria da escrita vai ter lugar. Ali, onde Saussure não nos remete

especificamente à escrita, onde parece fechar o campo relativo a esse problema,

percebe-se que o que havia sido desterrado, o errante proscrito da lingüística, nunca deixou de perseguir a linguagem como sua primeira e mais íntima possibilidade. Então, algo se escreve no discurso saussuriano que nunca foi dito e que não é senão a própria escritura como origem da linguagem. Então, da usurpação e das armadilhas condenadas no capítulo VI, é esboçada uma explicação profunda mas indireta, que alterará até mesmo a forma da questão a que ele respondeu muito precocemente (Derrida, 1973:53).

Derrida conclui que Saussure nunca teria pensado que a escrita fosse verdadeiramente uma "imagem", uma "figuração", uma "representação" da língua falada. Ele precisou dessas noções "inadequadas" para detectar a "exterioridade" da empiria gráfica, e também sonora, relativamente aos significantes, mesmo porque a tese do arbitrário já coíbia a concepção de escrita como representação:

A escritura em geral não é "imagem" ou "figuração" da língua em geral, a não ser que se reconsidere a natureza, a lógica, e o funcionalismo da imagem no sistema de que se quereria excluí-la. A escritura não é signo do signo, a não ser que o afirmemos, o que seria mais profundamente verdadeiro, de todo signo (Derrida, 1973:52).

A tese do arbitrário do signo, segundo Derrida, é obstáculo mesmo para a distinção radical entre signo oral e signo gráfico. Ela não poderia reger apenas as relações entre significante e significado, deixando de lado as relações entre fonema e o grafema que seriam consideradas naturais:

Portanto, deve-se recusar, em nome do arbitrário do signo, a definição saussuriana da escritura como imagem — logo como símbolo natural — da língua. Sem pensar que o fonema é o próprio inimaginável, e que nenhuma visibilidade a ele pode se assemelhar, basta considerar o que Saussure diz da diferença entre símbolo e signo para que não mais

compreendamos como pode ao mesmo tempo dizer que a escritura é "imagem" ou "figuração" da língua e, em outro lugar, definir a língua e a escritura como 'dois sistemas distintos de signos'. Pois o próprio do signo é não ser imagem (Derrida, 1973:55).

Ao falar da escritura, Derrida não visa apenas à intenção de Saussure, mas toda a metafísica. O logocentrismo produziu-se sem nunca colocar em xeque os conceitos de escrita e de representação.

Mas, seria possível pensar a escrita como, ao mesmo tempo, exterior à fala— com identidade própria — e, ao mesmo tempo, interior? Para isso, no entender de Derrida, seria preciso remetê-la ao "traço" (ou "rastros"):

"É preciso agora pensar a escritura como ao mesmo tempo mais exterior à fala, não sendo sua imagem ou seu "símbolo" e, mais interior à fala que já é, em si mesma, uma escritura. Antes mesmo de ser ligado à inscrição, à gravura, ao desenho ou à letra, a um significante, remetendo, em geral, a um significante que remete, em geral, a um significante por ele significado, o conceito da grafia implica, como possibilidade comum a todos os sistemas de significação, a instância do rastro instituído (Derrida, 1973: 56).

Com a palavra "traço", Derrida remete à noção de "arbitrário", a partir da qual se deve entender que o significante não depende "da livre escolha do que fala", assim como não tem nenhuma "amarra natural" com o que significa. O "traço" não articula a sua possibilidade ao campo do "ente-presente": "é preciso pensar o rastro antes do ente". Em um permanente "vir-a-ser" o signo, como "traço", atravessa a etapa do símbolo, de modo que, "em linguagem saussuriana, é preciso dizer o que Saussure não disse: não há símbolo e signo, e sim um vir-a-ser-signo-do-símbolo" (Derrida, 1973:58):

O que enceta o movimento da significação é o que torna impossível a sua interrupção. A própria coisa é um signo (Derrida, 1973: 60).

Nesse caso, um signo só remete a outro signo. Não há nenhum solo de não-significação, de presença, de verdade anterior ao signo, a que ele viesse remeter:

o rastro [traço], de que falamos, não é mais natural [...] que cultural, não mais físico do que psíquico, biológico que espiritual. E "aquilo a partir do qual um vir-a-ser imotivado do signo é possível [...]" (Derrida, 1973:58, grifo do autor).

Fica assim desconstruído o significado transcendental como uma limitação para o jogo significante. O significado perde seu estatuto de conceito, referência, e adquire o de um significante colocado em relação com outros significantes, "*já que a diferença entre significante e significado não existe*" (Derrida, 1973:36). Significante e significado implicam-se mutuamente, assim como se implicam signo e referente. Não é possível falar do "significante" sem estar falando do significado como seu corolário, sob pena de se cair na ilusão do convencionalismo e de se esquecer de que nós recebemos a língua e suas sedimentações.

Derrida mostra que Saussure rompe o elo que unia, desde os gregos, a teoria dos signos à teoria do ser das coisas. Como o objeto de estudos de Saussure, seu estatuto é lingüístico, embora a tradição filosófica tenha lhe oferecido um conceito que pode ser considerado como uma categoria cognitiva ou algo próximo dela. Saussure apoderou-se dele e ressignificou-o, colocando-o em relação com a noção de valor, gesto impreterível para se chegar à de língua. Diferente do signo dos filósofos, o signo saussuriano não representa idéia ou coisa. Como já foi dito, ele apresenta o sujeito para outro signo. Seu projeto semiótico afasta-se, pois, dos problemas atinentes ao conhecimento ou à lógica. A imotivação do signo saussuriano ou, para usar as palavras de Derrida, a motivação do traço, justifica-se a partir da ausência de um significado transcendental, o que abala a metafísica da presença:

A imotivação do rastro deve ser agora entendida como uma operação e não como um estado, como um movimento ativo, uma desmotivação e não uma estrutura dada (Derrida, 1973: 62).

"*Imotivação*", "*operação*", "*movimento*", Derrida, com esses termos, remete-nos ao jogo da "*diferência*", ou da diferença de Saussure, como condição para o funcionamento da língua:

Se a parte conceitual do valor é constituída unicamente por relações e diferenças com os outros termos da língua, pode-se dizer o mesmo da sua parte material. O que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que levam a significação... nunca um fragmento da língua poderá basear-se, em última análise, em outra coisa que não a sua não-coincidência com o resto (Saussure, apud Derrida, 1973: 64).

Segundo a interpretação de Derrida, Saussure aponta para o jogo da "diferência" que envolve sínteses e adiantamentos, que impede que haja, em algum momento, ou de alguma forma, qualquer elemento simples que esteja presente em si mesmo. Quer no discurso escrito ou no falado, nenhum elemento pode funcionar como signo independentemente de relações com outros signos, que também não se dão como presentes a si mesmos (Derrida, 1973:26).

É a esse movimento inaudível no discurso falado, e invisível no escrito, que Derrida visa quando fala da "diferência". Ao comentar os termos, "*différence*" e "*différance*", diz que a sua diferença de grafia deixa de ser perceptível quando são pronunciados. E que esse jogo se situa em uma ordem que não é a do sensível nem a do inteligível, mas em uma ordem que resiste às oposições que comandam a filosofia: sensível/inteligível, idéia/coisa, signo/símbolo, interno/externo.

É Saussure mesmo quem afirma num parágrafo consagrado à diferença:

Ademais é impossível que o som, elemento material, pertença por si à língua. Ele não é para ela mais que uma coisa secundária, matéria que põe em jogo. Todos os valores convencionais apresentam esse caráter de não se confundirem com o elemento tangível que lhes serve de suporte. Em sua essência, ele, o significante lingüístico, não é de modo algum fônico, ele é incorpóreo, constituído, não por sua substância material, mas somente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras (Saussure, apud Derrida, 1973: 65).

O que haja de idéia ou de matéria fônica num signo importa menos do que o que existe ao redor dele nos outros signos (Derrida, 1973:65)

As afirmações acima contradizem as assertivas saussurianas que denunciam as "ilusões da escrita". Elas permitem que consideremos que, no Curso, a escrita não é "imagem" ou "figuração" da língua em geral, mas que falar da escrita como representação foi o movimento que permitiu "*que se pudesse pensar na língua conceitos tais como os de signo, técnica, representação, língua*" (Derrida, 1973:52-3).

Derrida (1973:73) não menciona uma reabilitação da escrita que significaria a inversão da ordem de dependência. Mas observa que o estudo do estrato puramente gráfico do texto está aberto a pesquisas inéditas e fecundas. Mostra ainda a necessidade de uma "arquiescritura". Conforme explica, a arquiescritura não é objeto de uma ciência. Constitui aquilo mesmo que não se deixa reduzir sob a forma de presença, enquanto condição de todo o sistema lingüístico ele mesmo. Seu estatuto está, entretanto, imbricado com a noção de "diferença", com o aparecer e o funcionamento da "*diferência*":

Sem uma retenção na unidade minimal da experiência temporal, sem um rastro retendo o outro como outro no mesmo, nenhuma diferença faria sua obra e nenhum sentido apareceria. Portanto, não se trata aqui de uma diferença constituída mas, antes, de toda determinação de conteúdo, do movimento puro que produz a diferença. O rastro (puro) é a diferença. Ela não depende de nenhuma plenitude sensível ou visível, fônica ou gráfica. É, ao contrário, a condição destas [...]. Ela permite a articulação dos signos entre si no interior de uma mesma ordem abstrata — de um texto fônico ou gráfico, por exemplo — ou entre duas ordens de expressão (Derrida, 1973:76).

Como afirma Derrida, embora a *diferência* "não exista", embora não seja um *ente presente*, ela é anterior ao signo, ao significado, à expressão e à comunicação. Mas, ao mesmo tempo,

é ela que permite a articulação dos signos entre si no interior de uma mesma ordem abstrata— de um texto fônico ou

gráfico, por exemplo —, ou entre duas ordens de expressão. Ela permite a articulação da fala e da escritura — no sentido corrente — assim como ela funda a oposição metafísica entre o sensível e o inteligível, em seguida entre significante e significado, expressão e conteúdo (Derrida, 1973:77).

Derrida vai além, dizendo que se a língua já não fosse, nesse sentido, uma escritura, nenhuma "notação" derivada seria possível e o problema clássico entre fala e escritura não poderia surgir. A "diferência" é a formação da forma. Pode-se falar da arquiescritura como de uma "imprensão da diferença":

é na zona específica desta imprensão e deste rastro, na temporização de um vivido que não é nem no mundo nem num "outro mundo", que não é mais sonoro que luminoso, não mais no tempo que no espaço, que as diferenças aparecem entre os elementos, ou melhor produzem-nos, fazem-nos surgir como tais e constituem textos, cadeias e sistemas de rastros. Estas cadeias e estes sistemas podem-se desenhar somente no tecido deste rastro ou imprensão (Derrida, 1973:79).

É o "rastro" que permite à "diferência" articular-se, aparecer na unidade de uma experiência, permitindo, por isso mesmo, que uma cadeia gráfica ("visual", "tátil" ou "espacial") se deixe tomar pela linearidade de uma cadeia falada ("fônica", "temporal").

O "rastro" é, portanto, a abertura para a exterioridade em geral. A temida abertura para "o fora", que a metafísica rejeitou, a enigmática abertura para o outro e a desconstrução da presença plena no *logos*.

Na história do logocentrismo, apesar de todas as diferenças internas, sempre se atribuiu ao sujeito e ao objeto um significado estável, transcendental. Como se viu, Derrida discute essa estabilidade e transcendência mostrando que são um efeito imaginário derivado do estatuto que se atribui ao sujeito e ao objeto quando se parte da possibilidade de representação. Esse significante — a representação — caracteriza-se, portanto, como aquele ponto nodal, ou aquele "ponto cego", que revela a natureza metafísica dos discursos que sobre ele estão fundados.

A noção saussuriana de língua, relida por Derrida a partir das noções de "rastro" e "diferência", arranca essa noção do empirismo em que alguns dos próprios seguidores de Saussure a colocaram. O jogo da "diferência", comandando o funcionamento lingüístico-discursivo, retira o sujeito da origem desse processo ao desconstruir a linguagem como representação e, portanto, o papel central atribuído à percepção e à cognição que, situadas em um "dentro", comandariam a apreensão do objeto situado "fora".

(Recebido em 24/05/96. Aprovado em 20/09/97)

Referências Bibliográficas

- DERRIDA, J. (1970) La Lingüística de Rousseau. In: DERRIDA, J. *La Lingüística de Rousseau* (p.7-36) y ROUSSEAU, J. J. *Ensayo sobre el Origen de las lenguas*. Buenos Aires: Ediciones Caldeón.
- _____. (1973) *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1991a) *A Farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras.
- _____. (1991b) *Margens da Filosofia*. Campinas: Papiro.
- _____. (1993) *A voz e o fenômeno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1995) Freud e a cena da escritura. In: *A escrita e a diferença*. São Paulo: Perspectiva.
- FREUD, S. (1900) La interpretación de los sueños. In: *Obras Completas* (1973) 3ªed. Madrid: Biblioteca Nueva.
- MILNER, Jean-Claude (1983) *Les noms indistincts*. Paris: Ed. du Seuil.
- SAUSSURE, F. de (1974) *Curso de lingüística geral*. 6ª ed. São Paulo: Cultrix.